

Ativismo urbano e patrimônio cultural

Urban activism and cultural heritage

Mariana Kimie da Silva Nito* e Simone Scifoni**

Resumo

É possível pensar outro papel para o patrimônio cultural na cidade, que não seja aquele ligado necessariamente a sua reconversão em espaços de animação cultural voltados à revalorização de áreas centrais e à gentrificação? É possível um ativismo urbano que transforme o patrimônio cultural em fonte de questionamento e contraposição a processos da urbanização como negócio? Este artigo pretende responder a essas questões iniciais, a partir da exposição e debate de uma experiência que vem sendo desenvolvida na cidade de São Paulo e que tem como objetivo mobilizar argumentos e produzir narrativas para a defesa da permanência dos grupos sociais mais pobres nas áreas centrais, colocando o patrimônio contra a gentrificação. Tal experiência se enquadra em um tipo de ativismo urbano que toma a ação educativa no campo do patrimônio cultural como tática essencial de atuação. Neste sentido, afirma-se a necessidade de democratizar o patrimônio e, também, os processos de memorialização, os quais têm produzido, ao longo do tempo, a invisibilidade de determinados grupos sociais, entre os quais os trabalhadores e os moradores pobres do centro de cidades.

Palavras-chave: Direito à memória. Gentrificação. Inventários participativos.

Abstract

Is it possible to think of another role for cultural heritage in cities that is not necessarily linked to their reconversion in spaces of cultural entertainment, towards recovering the value of central areas and gentrification? Is it possible to have an urban activism that transforms cultural heritage in a source of reflection and counterpoint to processes of urbanization as a business? This article aims to answer these initial questions from the exposition and discussion of an experience that is being developed in the city of São Paulo and has the objective to gather arguments and produce narratives in defence of the permanence of poorer social groups in city centers, using cultural heritage against gentrification. Such experience fits a kind of urban activism that has educational actions in the field of cultural heritage as an essential tactic. In this sense, it affirms the need to democratize heritages and also memorialization processes which have produced, over time, an invisibility of certain social groups, among which are workers and poor inhabitants of city centers.

Keywords: Right to the memory. Gentrification. Participatory inventory.

*Educadora no Museu da Imigração. cursou o mestrado profissional interdisciplinar do Iphan, no qual atuou e desenvolveu pesquisa sobre entorno de bens tombados. Membro do conselho gestor da Rede Paulista de Educação Patrimonial, Repep. É representante da sociedade civil pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB na Comissão de Proteção a Paisagem Urbana – CPPU da prefeitura de São Paulo.

** Docente do Depto de Geografia da FFLCH/USP. Prêmio Capes de Teses, conferido, em 2006, pelo trabalho “A construção do patrimônio natural”. Atuou e atua em instituições públicas de proteção do patrimônio cultural como o IPHAN, Condephaat/SP e Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de São Bernardo do Campo. Fundadora e membro da Rede Paulista de Educação Patrimonial, Repep. Membro do Icomos-Brasil.

Introdução

No Brasil, a experiência institucional de proteção do patrimônio cultural em diferentes esferas (seja federal, estadual ou municipal), com forte influência europeia, particularmente francesa, nos delegou um conjunto homogêneo e coeso do ponto de vista dos sujeitos sociais e das memórias ali representadas, o que terminou por criar ausências, invisibilidades e ocultamentos das classes populares e dos trabalhadores, pouco ou nada representados nesse universo.

Reforçando essa situação de desigualdade social do patrimônio, o Estado, por meio de ações de conservação e restauro, tem investido recursos voltados à transformação desses bens culturais em produtos para o consumo visual, dentro de uma estratégia combinada de usar o patrimônio como forma de promover a valorização espacial, o que resulta, em contrapartida, em expulsão dos moradores e trabalhadores pobres de áreas centrais. O patrimônio transforma-se, assim, em

vilão e fonte de exclusão social. Ele tem sido usado, na contemporaneidade, como elemento estratégico de políticas urbanas voltadas a promover o chamado “retorno ao centro”, conforme analisou Riviere d’Arc (2012). Esse retorno tem a marca de uma conquista classista do centro, de acordo com que afirmou Smith (2006), já que o horizonte que se coloca é o de deslocamento dos moradores das classes populares do centro.

Décadas de abandono das áreas centrais pelos segmentos sociais de maior renda, seja na forma de moradia ou de atividades econômicas, resultou em reocupação pelos grupos sociais mais pobres, em função da necessidade de proximidade com o emprego, ainda que seja o trabalho informal do comércio de rua. O barateamento dos alugueis em um cenário de desvalorização imobiliária ou a atuação de um movimento social por moradia que ocupou imóveis ociosos, como ocorreu na cidade de São Paulo, contribuiu para

a reocupação popular do centro. O resultado é que depois de algumas décadas de declínio de população moradora nos bairros da área central, contemporaneamente se constata tanto o seu crescimento, quanto a mudança significativa do perfil socioeconômico, com predominância dos estratos de menor rendimento.

No entanto, por concentrar infraestrutura e serviços urbanos, atualmente, essas centralidades se tornam objeto de disputa constituindo-se em nova fronteira para a atuação do mercado imobiliário que busca atrair, para ali, grupos de moradores solventes. Como estratégia que envolve a articulação entre o político e o econômico constrói-se o discurso da degradação do centro, que é usado para legitimar planos de intervenção que constituem pontas de lança para a revalorização espacial e a expulsão dos grupos mais pobres.

Criação de parques, projetos ditos de requalificação de espaços públicos, intervenções viárias, recuperação e restauração do patrimônio histórico fazem parte da fórmula criada para reverter a representação negativa do centro como um lugar degradado, perigoso e violento. A defesa de um patrimônio recuperado e reincorporado ao novo cotidiano das áreas centrais transforma-se, assim, em poderoso alibi justificador desse urbanismo excludente.

Nesse contexto, é possível pensar outro papel para o patrimônio cultural que não seja o de contribuir para a expulsão dos moradores pobres

do centro? O presente artigo busca discutir esta questão, apresentando e debatendo uma experiência educativa que vem sendo construída nesse caminho e que toma o patrimônio como fonte de reflexão e mobilização pela permanência e pelo direito dos grupos sociais mais pobres ao centro da cidade; questiona-se e problematiza-se, neste sentido, o uso e abuso do patrimônio como fonte para legitimação do processo de gentrificação.

Trata-se de uma forma de ativismo que toma como tática essencial a educação voltada a colocar em evidência outros patrimônios possíveis, mais próximos do cotidiano e do trabalho das classes populares. Essa ação está sendo desenvolvida por meio de um inventário participativo de referências culturais, que adota o método elaborado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)¹. Parte-se do entendimento de que o inventário participativo é uma ferramenta educativa que busca a democratização do patrimônio e dos processos de memorialização, alinhando-se a uma pedagogia humanista e libertadora, conforme propõe Paulo Freire (2011). Uma educação que seja capaz de formar sujeitos para o desvelamento do mundo, para que eles, assim, possam transformar a sua própria realidade. Ao contrário de ensinar sobre um patrimônio escolhido pelo Estado de forma autoritária, seletiva e excludente, os inventários participativos constroem um caminho oposto, permitindo que os grupos sociais possam se reconhecer, selecionar e escrever sua própria história.

O método é de uso livre, sem a necessidade de autorizações ou cessão de direitos, e o manual de aplicação está disponível na publicação Educação Patrimonial: Inventários Participativos: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/>

A experiência vem sendo realizada em um recorte da área historicamente constituída como centro da cidade de São Paulo, em um território que foi cortado, nos anos 1970, pela construção de uma via elevada, chamada popularmente de Minhocão (Elevado Presidente João Goulart). A construção dessa via elevada, ao mesmo tempo em que contribuiu para a desvalorização imobiliária e a saída de segmentos sociais mais abastados, também favoreceu a formação de um perfil mais popular para os trechos que lhe são contíguos, tanto no que diz respeito às atividades econômicas, quanto aos seus moradores.

Além da popularização deste território, ao longo dessas quatro décadas, um conjunto de práticas culturais urbanas se constituiu na existência cotidiana dos moradores e trabalhadores desse espaço da cidade. São modos de fazer, de viver e de ser, manifestações culturais diversas e em íntima relação com os lugares centrais da cidade de São Paulo. Como exemplos há a roda de samba que acontece atrás da igreja e toma início depois da missa, ou as intervenções artísticas e políticas que têm como suporte físico a estrutura do elevado. São saberes e formas de expressão da luta por moradia, que se constituíram na organização e mobilização pela permanência no centro e pelo direito à cidade. Neste inventário foram identificados mais de quarenta referências culturais entre celebrações, formas de expressão, saberes, lugares, edificações e objetos, que estão relacionadas aos grupos so-

ciais que reocuparam o centro no momento de sua desvalorização imobiliária.

O método do inventário de referências culturais estimula e fomenta a participação e o envolvimento dos grupos sociais, para que o processo de identificação se dê a partir da compreensão e do ponto de vista daqueles que são os intérpretes do patrimônio. O objetivo do inventário foi levantar e mapear as referências culturais dos grupos sociais mais vulneráveis ao processo de gentrificação, subvertendo o olhar do patrimônio cultural daquilo que é mais consagrado, para pensar outros patrimônios possíveis, a partir das memórias coletivas que são construídas no cotidiano e trabalho das classes populares.

Ação educativa como ativismo urbano

O inventário participativo Minhocão contra Gentrificação é uma iniciativa que surgiu, a partir de 2016, do encontro entre a Repep (Rede Paulista de Educação Patrimonial) e o Movimento Baixo Centro. A Repep é um coletivo de profissionais que busca repensar conceitos e práticas educativas na área de cultura, memória social e patrimônio. Já o Movimento Baixo Centro atua na área central da cidade de São Paulo em busca da ocupação criativa dos espaços públicos, visando tensionar as políticas públicas para a região, defendendo o direito do cidadão de ocupar as ruas e praças para diferentes formas de expressão, ou a humanização urbanística como se refere Carrapatoso (2012).

A intenção inicial do inventário era trazer à tona outras narrativas sobre o espaço público e as edificações do centro, mais próximas da memória e da experiência de vida de moradores e frequentadores antigos. O que justifica o inventário no território cortado pelo Minhocão é a possibilidade de gentrificação que está associada às propostas e projetos de sua transformação em parque público ou a sua demolição. Ainda que não viabilizadas em sua totalidade, a anunciação destes projetos e propostas já está influenciando a dinâmica local, estimulando uma valorização imobiliária da região que pode levar a expulsão dos mais pobres e vulneráveis.

Tendo em vista a dimensão das ações e do território a ser inventariado, em dado momento, como tática para sua execução, foram realizadas chamadas públicas de voluntários para compor o grupo e auxiliar na identificação das referências culturais. Mais de 50 pessoas se envolveram no inventário participativo como pesquisadores e como cidadãos preocupados com o território em que vivem. Entre eles, professores e estudantes de graduação e pós-graduação de diferentes áreas do conhecimento, tais como arquitetos, historiadores, geógrafos, antropólogos, além de servidores públicos e profissionais do patrimônio. Como o trabalho é voluntário, durante o tempo de execução a equipe variou bastante em número de profissionais envolvidos, mas conseguiu manter constante um núcleo central que organiza e gerencia as atividades e o seu encaminhamento.

O inventário do Minhocão está sendo realizado a partir de um método de ação educativa desenvolvida pelo Iphan e que se baseia na noção de referência cultural. Por meio desta noção é possível pensar o patrimônio de forma ampliada, distanciando-se da visão tradicional e conservadora que o identifica apenas ao antigo e ao monumental e aquilo que é expressão da história oficial dos grandes feitos e heróis. A referência cultural está enraizada no cotidiano e na memória dos grupos sociais e baliza uma experiência que é coletiva. Pode ser uma prática, um saber, um ofício, mas também o lugar onde ambos acontecem. Pode ser um objeto material ou uma construção, independente da existência de valor arquitetônico ou artístico. O conteúdo da referência cultural é dado pela qualidade da relação estabelecida, no passar do tempo, no seio do grupo social.

Referências são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o

que popularmente se chama de raiz de uma cultura. (IPHAN, 2000, p.29)

Como parte do método, o inventário busca não apenas identificar e qualificar estas referências culturais, mas também explicitar suas diferentes especificidades, o que é feito por meio de sua classificação nas seguintes categorias: celebrações; formas de expressão; saberes; lugares; objetos; e edificações. Trata-se de um exercício de compreensão e de interpretação dos sentidos e significados próprios atribuídos a cada referência.

As celebrações dizem respeito a festas, mas também a rituais de trabalho e devoção, são momentos diferenciados da vida social. Por formas de expressão se entendem todas as maneiras pelas quais os grupos sociais comunicam a sua experiência, em diferentes formas de linguagem: oral, corporal, gráfica, sonora, artística. Os saberes dizem respeito aos conhecimentos, técnicas ou ofícios, são modos de fazer que dizem respeito a produção material ou ao exercício de alguma atividade social, de serviço. A categoria lugar busca abranger os espaços apropriados para a execução de práticas e manifestações, constituindo a base material para a realização da cultura ou aqueles espaços de importante significado simbólico atribuído pelo grupo social. O lugar pode ser uma esquina, uma cachoeira ou uma praça; independe da existência de qualquer edificação, já que o seu sentido foi construído a partir de sua localização, ou seja, como ponto espacial. Mas a

referência pode estar ligada a uma determinada construção que tenha valor simbólico, independente de qualidade arquitetônica ou estética-artística; neste caso, a categoria é a de edificação. Por último, a categoria objeto diz respeito a instrumentos de trabalho ou de devoção religiosa, utensílios ligados ao cotidiano, a formas de lazer e brincadeiras, entendidos como parte da memória do grupo social.

Com a temática definida e tendo em vista o conhecimento da complexidade local do território cortado pelo Minhocão, questionou-se sobre quais seriam os grupos sociais abordados no inventário participativo. Com a multiplicidade de possibilidades, foi feita uma escolha ponderando quais seriam os sujeitos mais vulneráveis ao processo de gentrificação, possibilitando circunscrever cinco grupos sociais que são os intérpretes das referências culturais. Ressalta-se que, nesse processo, não foram os objetos e/ou manifestações culturais em si que eram primordiais, mas a relação dos sujeitos que atribuem valor a eles, a partir da leitura de como foram construídos socialmente.

O protagonismo observado no inventário participativo resulta na produção coletiva de conhecimentos elaborados por diversos agentes durante a identificação e a seleção daquilo que é mais significativo e parte da vida social. Nesse sentido, trata-se de uma atividade dialógica, construindo constantemente sentidos e experiências.

O inventário participativo se insere enquanto uma pedagogia do patrimônio que problematiza um território e busca nele identificar um patrimônio vivo e complexo relacionado às condições e necessidades locais. Portanto, a educação patrimonial que o inventário suscita é aquela ligada a reflexão crítica sobre o patrimônio, que afirma e está de acordo com a contínua transformação de seus valores relacionados diretamente aos grupos e sujeitos sociais. Deste modo, trata-se também do exercício da cidadania, uma ação formativa, que pode ser também entendida como uma ferramenta política, uma estratégia para a mobilização social.

Um dos primeiros sujeitos sociais abordados foi o chamado grupo LGBT+, que possui uma relação histórica de centralidade no Largo do Arouche. Com os primeiros contatos constatou-se que fazem parte desse grupo tanto os moradores locais, como também os frequentadores habituais que têm forte identificação cultural com a região, muitos destes, moradores da periferia da cidade. Também compõem o grupo os trabalhadores do sexo (prostitutas, michês e dançarinas de boates), trabalhadores das atividades complementares do comércio do sexo (das boates, bares, saunas, sex-shop, casas de show, hotéis) e os turistas que não se enquadram no uso habitual, mas que têm na região um ponto tradicional de visitação. A aproximação foi feita a partir de entrevistas e conversas com frequentadores, com agentes de coletivos e de órgãos públicos, na

participação em eventos e debates e por meio de oficinas educativas de interação com o público diverso, como exemplo: Coletivo Arouchianos, Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, Ataque! Queer e Frente pela Diversidade e Melhoria da Região do Largo do Arouche.

Outro grupo social para o qual foram pesquisadas as referências culturais é formado por moradores e trabalhadores pobres do centro. Nesse grupo estão trabalhadores com vínculos formais, mas também os do comércio informal e ambulante, ambos com baixa remuneração (copeiros, mecânicos, borracheiros, garçons, porteiros, etc.). As ferramentas de pesquisa para esse grupo foram conversas que aconteceram durante o conhecimento dos lugares de trabalho e sociabilidade. A mesma estratégia de aproximação foi utilizada com o terceiro grupo social, os imigrantes e refugiados, muitos oriundos de países africanos, mas também haitianos, bolivianos, paraguaios, sírios, entre outros. Apesar de também fazerem parte do grupo de trabalhadores e moradores pobres do centro, pois muitos trabalham no comércio informal e moram em pensões, no entanto, a questão migratória apresenta-se como fator diferencial, pois sua situação de vulnerabilidade é maior frente ao preconceito e discriminação pela origem, condição social e pela cor.

O cenário de problemas sociais complexos foi um desafio constante do inventário, em relação à identificação dos sujeitos sociais que vivem a

realidade do território do Minhocão. Neste sentido, outro grupo social que compõe o inventário diz respeito aos moradores em situação de rua, aqueles em condição de vulnerabilidade social mais crítica. São vistos pela sociedade a partir de representações negativas, como ligados a criminalidade e, em geral, são os primeiros alvos de políticas de “embelezamento” urbano. Trabalhou-se no sentido do reconhecimento de que a situação de rua é um fenômeno social urbano de proporções dramáticas e desumanas, e a aproximação com o grupo foi feita por meio de movimentos sociais, ongs e agentes pastorais que já estabeleceram uma atuação de longa data com essas pessoas, por meio de ações de assistência social e solidariedade. Falar de patrimônio para este grupo social que tem um conjunto de carências mais urgentes pode ser encarado como supérfluo, porém, como o trabalho do inventário participativo tem como perspectiva a luta contra gentrificação, a intenção é justamente iluminar questões que estão sendo invisibilizadas no local.

Por outro lado tem-se o quinto grupo social que apresenta algumas ambiguidades; são os trabalhadores da cultura. A presença de artistas e a produção de um meio cultural agitado tem sido, historicamente, propulsora da valorização de áreas urbanas que tornam-se alvos atrativos à especulação imobiliária. Reconhece-se este potencial, mas também a possibilidade que a arte tem ressignificar espaços como forma de consciência crítica. Assim, englobou-se pessoas liga-

das às mais diversas linguagens (artes cênicas e visuais, música, performance, pixo etc.) que também são atraídos para região pelo aluguel barato; em geral, estão ligados à atividade de produção de cultura fora do mercado, e ainda impulsionados à atuar em uma região central.

Outros patrimônios possíveis

Ao todo foram identificadas e inventariadas 44 referências culturais, sendo elas 4 celebrações, 13 formas de expressão, 6 saberes, 11 lugares, 9 edificações e 1 objeto. Algumas delas dialogam com mais de um grupo social, apresentando e reconhecendo conflitos entre significações. A seguir são apresentadas algumas referências que exemplificam o universo trabalhado e que possibilitam pensar outra relação com o patrimônio cultural possível, dentro do contexto de áreas centrais grandes cidades. Na impossibilidade de explicitar e qualificar a totalidade das referências encontradas selecionamos 8 delas para destacar. São elas: ocupação de edifícios vazios; luta por moradia; pixo; folhinhas; teatro de rua; modos de fazer teatro de janela; ativismo negro feminista; Largo do Arouche.

Como parte integrante dos modos de fazer e viver, foi identificada a Ocupação de Edifícios Vazios, referência cultural classificada na categoria Formas de Expressão. Trata-se de uma prática que nasce da experiência coletiva e organizada de trabalhadores da área central da cidade, que

expressa e comunica a necessidade de cumprimento do direito fundamental à moradia e da função social da propriedade, ambos dispositivos estabelecidos constitucionalmente. Essa prática que é social, manifesta, também, sua dimensão cultural na medida em que envolve ideias, valores e sentidos que são transmitidos pelo grupo como uma herança, como parte da sua memória coletiva. Essa forma de expressão se destaca pela permanência no tempo, tendo sido produto das primeiras mobilizações pela melhoria das condições de moradia na área central, no ano de 1984, realizadas pela população moradora de cortiços. São, assim, mais de três décadas de experiências consolidadas que afirmam uma cultura política, de caráter reivindicatório e de afirmação pelo direito à cidade, como direito a permanência dos trabalhadores mais pobres no centro. Entende-se por cultura política o conjunto de práticas culturais que se produzem articuladamente às lutas sociais, as quais buscam transformar a realidade no sentido da superação das formas de injustiça social e de luta política pela hegemonia, conforme apresenta Chauí (2006).

Da mesma forma, os conhecimentos adquiridos pelos movimentos sociais nessa experiência de atuação no centro foram identificados como uma referência cultural na categoria Saberes. Trata-se de um saber específico da Luta por Moradia. Corresponde a um conjunto de conhecimentos que foram construídos a partir das práticas, rotinas e experiências de organização e mobilização

que conformam um repertório de ação coletiva, de acordo com Tabagiba, Paterniani e Trindade (2012). São saberes que se produzem de forma compartilhada e se reproduzem no grupo social pela transmissão da memória coletiva e que envolvem a formação da consciência crítica de uma série de injustiças sociais. Mas são também conhecimentos da prática da luta, das formas de planejamento, de organização, da execução e negociação, da resolução de conflitos, além da viabilização do cotidiano do espaço ocupado.

Na categoria Forma de Expressão destaca-se, também, o Pixo, como uma expressão urbana paulista que possui características únicas em sua grafia, apresentando-se como marca e disputa do território que tem o centro da cidade como espaço simbólico de grande visibilidade. As relações gráficas dos muros são reflexo também da forma como as pessoas se organizam socialmente. Desmistificando o pixo como ato de vandalismo, ele é entendido como uma referência cultural de uma linguagem de sistema fechado que só aqueles que a praticam conhecem seus significados, provoca quem não entende e ao mesmo tempo coloca o nome (pessoal ou do grupo que fazem parte) em um lugar de destaque na cidade que cotidianamente os excluem. Parte do universo do pixo, há também as folhinhas que são registros dessa escrita em folhas de caderno, agenda ou soltas guardadas, colecionadas e até vendidas. As folhinhas foram identificadas como referência cultural na cate-

goria Objeto, já que são artefatos produzidos e trocados em encontros entre pixadores e são valoradas individualmente ou em conjunto pelo tempo de cada registro, e ainda por serem feitas por pixadores mais experientes e/ou famosos. Ao mesmo tempo são suporte de memória do pixo e reflexo das relações sociais do pixador.

Outra referência reconhecida no inventário do Minhocão na categoria Formas de Expressão é o Teatro de Rua, caracterizado por ocorrer sem ou com pouca infraestrutura, no qual o imprevisível faz parte do espetáculo. É uma expressão que tem como principais características a democratização do acesso à cultura e a interrupção da rotina dos cidadãos, inserindo-se e trazendo apresentações no espaço público que, por vezes, dialogam com temáticas políticas provocando o público. Similar a experiência teatral na rua, há os Modos de Fazer Teatro de Janela, outra referência cultural, dessa vez na categoria Saberes. Trata-se de um conjunto de conhecimentos associados à produção de apresentações teatrais, executadas com técnicas desenvolvidas especialmente para a relação janela palco e minhocão público. Foi criada e desenvolvida pelo Grupo Esparrama que iniciou uma série de peças a partir de uma janela do apartamento de seus integrantes, em frente ao Minhocão. A partir das primeiras experiências, o grupo conseguiu adaptar as técnicas do teatro de rua, lidando com a estrutura e a distância do próprio Minhocão constituindo uma experiência inédita nas artes cênicas.

Ainda dentro da categoria dos Saberes, cabe destacar como referência cultural o Ativismo Feminista Negro. Esse constitui um conjunto de conhecimentos produzidos na experiência diária e cotidiana da luta antirracista, contra a discriminação racial, sexual e de gênero e de combate a violência contra as mulheres, além da mobilização e de esforços de empoderamento negro. A experiência mais antiga vem da organização de um grupo de mulheres negras, reunido em torno do Instituto da Mulher Negra, o Geledés, que tem sua sede muito próxima ao Minhocão. O Geledés foi fundado em 1988, por mulheres que atuam na luta feminista e antirracista. No entanto, sua experiência que conformou esse conjunto de saberes é anterior, com origem ligada à resistência no período da ditadura militar dos anos 1960-1970. Os saberes são difundidos para universos cada vez mais amplos por meio do uso das redes sociais e do ambiente virtual, tendo o Portal Geledés se tornado uma importante referência de informações e de reflexão crítica sobre o tema da discriminação racial e do movimento feminista. Tais saberes relacionam-se à atuação nas áreas de direitos humanos e igualdade racial, o que contempla o atendimento jurídico às vítimas de discriminação social, ações de conscientização e organização política, pesquisas sobre sistemas de saúde e direitos dos cidadãos e ações educativas. Além do Geledés, outra referência importante de ativismo anti racista presente neste território do Minhocão é o Aparelha Luzia, um espaço cultural que é ao mesmo tempo lugar de resistência, debate e diálogos sobre o empoderamento negro, como também lu-

gar de encontro, cursos, saraus e festas. O espaço é responsável pela difusão da produção artística e política da comunidade negra em São Paulo e, segundo a sua idealizadora e fundadora, Erica Malunguinho, localizar-se na Barra Funda é ato simbólico de uma espécie de reintegração de posse, já que as tradições negras que estão ligadas a origem do bairro foram apagadas da história da cidade.

Por fim, outro exemplo de referência cultural que merece destaque é o Largo do Arouche, dentro da categoria Lugares, uma vez que este logradouro constituiu-se historicamente como uma centralidade para os grupos LGBT+. O Arouche, desde os anos 1950, constituiu-se como um ponto de encontro homossexual, o que foi acentuado nas décadas seguintes com a abertura de equipamentos de lazer, tais como bares, restaurantes, cinemas, danceterias, saunas, entre outros. No final dos anos 1970, o Largo do Arouche já se encontrava como território apropriado para a afirmação do direito à diversidade sexual, sendo compreendido como o epicentro do movimento de “sair do armário”. Inicialmente com a frequência mais ligada às classes médias, com destaque para artistas, universitários e intelectuais, ao longo dos anos este território se diversificou do ponto de vista social, sendo hoje, marcadamente uma centralidade para jovens pobres da periferia metropolitana que não podem assumir sua sexualidade em seus bairros de origem. O Largo do Arouche afirma-se atualmente como o locus principal de sociabilidade, do encontro e da pos-

sibilidade de relações afetivas em um contexto de afirmação da diversidade sexual e social.

Considerações finais: a subversão do patrimônio em direção ao direito à memória

Apesar de previsto constitucionalmente no Brasil, o direito a memória está longe de ser oficialmente reconhecido e realizado. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, conceituou patrimônio cultural de forma ampla, atrelando-o de maneira incondicional aos valores que são atribuídos pelos diferentes grupos sociais, reconhecendo que o patrimônio é suporte da ação, identidade e memória destes grupos, criando, portanto, a base para a formulação de um direito social à memória. Da mesma forma, estabeleceu que a sua preservação deve se dar de maneira compartilhada entre o Estado e a sociedade, o que implica, necessariamente, que as instituições públicas a quem cabe a sua tutela criem formas de participação social e de escuta em relação a tarefa de identificar e proteger o patrimônio cultural.

Se os valores emanam dos grupos sociais, tal como esclarece Meneses (2012; 2017), por qual razão os processos de identificação continuam a se dar de forma discricionária, sem ouvir aqueles que vivem cotidianamente o patrimônio. É fundamental, na atualidade, problematizar a forma como se dão esses procedimentos de seleção e eleição, os quais passam muito longe de apreender os sentidos e significados que os grupos sociais atribuem

aos bens culturais, uma vez que não estabelecem qualquer diálogo com aqueles que são os sujeitos do patrimônio. É preciso compreender a relação existencial e de fruição social que estes grupos têm com o patrimônio e isso só será possível quando os procedimentos de identificação, seleção e eleição se abrirem ao diálogo com estes sujeitos, valorizando e incorporando os saberes empíricos, os desejos e expectativas dos grupos sociais.

O Inventário Participativo de Referências Culturais é um caminho para tal. Por meio dele pode-se operar a transformação do olhar, no sentido de superar os objetos mais consagrados pela memória oficial, para colocar na centralidade da ação o universo do cotidiano, da vivência e da experiência social. A ferramenta do inventário permite refletir sobre as coisas do cotidiano, retirando-as de sua invisibilidade diária e ressignificando-as, processo que ocorre quando essas coisas são enunciadas como lugares da vida, como celebrações, e rituais do trabalho, como formas de ser, de viver, ou modos de fazer.

O inventário pode promover uma subversão das formas hegemônicas de pensar o patrimônio cultural. Essas formas hegemônicas impuseram, desde muito cedo, uma ideia de herança coletiva que não representa a totalidade dos grupos sociais, principalmente os setores populares, os grupos subalternizados. No entanto, essa herança foi e é imposta como se fosse de todos, como se fosse um consenso. Na verdade ela é suporte

de uma memória exterior aos grupos, mas que é internalizada pelas classes populares como se fosse a sua própria memória. O processo de internalização se dá por meio do discurso estatista, que afirma a sua legitimidade como o único ente capaz de enunciar o que é patrimônio, por meio do reconhecimento institucional.

Assim sendo, usando um método criado no campo do patrimônio cultural, o inventário como ativismo educativo busca enunciar e anunciar outros patrimônios possíveis, considerando a experiência e a vivência, as práticas e as memórias dos grupos populares no centro da cidade. Desta forma, o patrimônio se transforma em um discurso em defesa da permanência dos moradores e trabalhadores pobres no centro e do direito à cidade, contra o urbanismo que promove a segregação socioespacial e aprofunda as desigualdades e as injustiças sociais.

O inventário do Minhocão tenta mostrar que, passados mais de 40 anos de presença do elevado nesta porção central da cidade, não é mais possível concebê-lo só como fracasso urbanístico. Tal discurso que vê o Minhocão como cicatriz é o mesmo que defende medidas curativas, voltadas à valorização imobiliária, ao embelezamento e à substituição de classes no espaço. O Minhocão se tornou, no passar das décadas, em lugar de uma atividade cultural multidiversificada, fora do mercado, errática e que tem nessa via elevada o seu eixo central, uma vez que ele gerou diferentes usos e formas de

apropriação social acompanhados da produção de cultura igualmente diversa e complexa.

O inventário do Minhocão permite problematizar o consenso do fracasso urbanístico e da cicatriz a maquiagem, propondo a subversão do olhar, reconhecendo que nesses 40 anos o elevado foi ressignificado, tornando-se “[...] locus de intensa atividade cultural, de apropriação e uso social e de vida urbana em sua complexidade.” (NITO; SCIFONI, 2017, p. 49).

Referências:

BORGES, Pedro. **Aparelha Luzia, um território de resistência negra na capital paulista**. Disponível em: <https://www.almapreta.com/editorias/realidade/aparelha-luzia-um-territorio-de-resistencia-negra-na-capital-paulista>. Acessado em 01/08/2019.

CARRAPATOSO, Thiago. Humanização urbanística. **Ateliê 397**, set. 2012. Disponível em: <https://ateli397.com/baixo-centro/>. Acesso em: 30 jul. 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**. O direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN), **Educação Patrimonial: Inventários Participativos**. Manual de Aplicação. Brasília: Iphan, 2016.

_____. **Inventário Nacional de Referências Culturais**. INRC 2000. Manual de Aplicação. Bra-

sília: Iphan, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

NITO, Mariana Kimie; SCIFONI, Simone. O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação do Sesc**, n.05, nov/2017, p.38-49. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/files/artigo/e41e4678/e25f/4759/adf4/75827c81fcbb.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2018.

RIVIÈRE D’ARC, Hélène. Introdução. In: RIVIÈRE D’ARC, Hélène; MEMOLI, Maurizio (org.). **Intervenções urbanas na América Latina**. Viver no centro das cidades. São Paulo: Senac, 2012. p.9-19.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local a “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU_ZACHARIASSEN, Catherine (org.). **De volta à cidade**. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. p.59-87.

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Z.; TRINDADE, Thiago A. ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 18, n.2, novembro, 2012, p. 399-426. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/issue/view/784/showToc>. Acesso: 01/08/2018. ■